



1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016.**

2 **ATA Nº 10/2.016** - Aos oito dias, do mês de novembro, do ano de dois
3 mil e dezesseis, às nove horas e trinta minutos, na sala de reuniões do
4 gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito desta cidade, sito na Rua Des.
5 Almeida Guimarães, 87, Pajuçara, compareceram ao nosso encontro os
6 seguintes membros e convidados: Srs. Bernardo Bastos (APROMAL),
7 Sérgio Studart (CGU), Fábio Soares (IFAL), Claudivan Costa (TCU), Diego
8 Fonseca (APROMAL), Carlos Figueiredo Mourão (ANPM), Paulo
9 Patriota (SMCI), Rodrigo Cunha (ALE/AL), Paulo de Castro Cotti Neto
10 (AGU), Anthony Lima (OAB/AL), José William Gomes da Silva (CGU),
11 Pedro Guido da Silva (ISV), Diogo S. Coutinho (SMCI), Ricardo
12 Rodrigues (SINDJORNAL), José Carlos Castro (MPE/AL), Fernando Teles
13 de Farias (CEDDH) e Sras. Maria Consuelo Correia (SINTEAL), Helenice
14 Balbino Silva (SINTEAL), Maria Clara Bugarim (CGE/AL), Adriana
15 Andrade Araújo (CGE/AL), Rosa Maria Barros Tenório (TCE/AL) e
16 Edilma de Albuquerque Lins Barbosa (SINMED). **Item 1 da Pauta:**
17 **Aprovação da Ata da reunião anterior** - Esta foi aprovada por
18 unanimidade, sem ressalvas, após o conhecimento de seu teor por todos os
19 presentes. **Item 2 da Pauta: Espaço para a SMCI** - O Sr. Coordenador,
20 a exemplo das oportunidades anteriores, agradeceu a cessão do espaço da
21 Prefeitura local para a realização de nossa reunião, destacando a
22 importância da participação da Secretaria Municipal de Controle Interno,
23 através de uma efetiva atuação de seus representantes, ao longo de um
24 processo perfeito de integração e de apoio às realizações do FOCCO. Em
25 seguida, o representante da SMCI disse da importância dessa aproximação;
26 registrando, ainda, os resultados alcançados, a nível nacional, quanto à
27 transparência dos trabalhos realizados pela municipalidade. Agradeceu a
28 presença de todos, ao tempo em que registrou a possibilidade da criação de
29 uma Ouvidoria na Prefeitura desta cidade. Ato contínuo, o Sr. Diego
30 Fonseca procedeu a apresentação do Dr. Carlos Figueiredo Mourão,
31 Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM),
32 que disse da satisfação de se encontrar em nossa cidade, com o objetivo de
33 participar do XIII Congresso Brasileiro de Procuradores Municipais, evento
34 que acontecerá a partir desta data até o dia 11 do corrente, no Hotel Jatiúca,
35 com o propósito de proporcionar um debate aprofundado das práticas
36 municipais. Concluiu o Dr. Mourão, convidando a todos os presentes a
37 participarem da solenidade, destacando que o acontecimento reservará,
38 também, um espaço para a apresentação de temas/palestras e troca de
39 ideias sobre a atuação do Advogado Público Municipal. Voltando a intervir,
40 o Sr. Diego Fonseca, apoiado pelo Sr. Bernardo Bastos, anunciou a justa
41 homenagem que será prestada na referida cerimônia, ao Promotor de



42Justiça, nosso Coordenador, Dr. José Carlos Castro, com a concessão da
43Comenda Graciliano Ramos, pelos relevantes serviços prestados à
44comunidade alagoana em favor da probidade e eficiência na Administração
45Pública. **Item 3 da Pauta: Providências em relação a processos em**
46**atraso -Informações/Propostas** - O Sr. Coordenador citou 2(dois)
47processos: o primeiro, referente ao julgamento da Operação Taturana,
48suspenso mais uma vez, neste momento, sob a alegação de divergência
49parcial por um dos eminentes desembargadores, após um pedido de vista,
50anteriormente feito por outro magistrado; o segundo, relativo à ação por
51improbidade movida pelo MP/AL, contra o ex-deputado, hoje conselheiro
52do TCE/AL, Dr. Fernando Ribeiro Toledo, por dano ao erário durante seu
53mandato como prefeito de Cajueiro, este concluso desde 19 de fevereiro do
54corrente. Diante da evidente morosidade quanto à definição de referidas
55demandas, foi sugerido que se oficie ao TJ/AL, no sentido de estimulá-lo a
56um possível processo de agilização. O Sr. Sérgio Studart propôs, a título de
57acelerar referida tramitação, levarmos ao conhecimento do Conselho
58Nacional de Justiça, logo após a cobrança ao TJ/AL. Já o Sr. Pedro Guido,
59sugeriu um estudo mais seguro, a exemplo dos citados, de outros pleitos
60de repercussão, tendo em vista a lentidão do judiciário, em ambas as áreas
61federal e estadual; ao mesmo tempo em que o Sr. Ricardo Rodrigues
62registrou a falta de coerência da Assembleia Legislativa, ao divulgar
63através da mídia, o processo de transparência por que passa a Casa de
64Tavares Bastos. O Sr. Deputado, presente à reunião, endossou o coro
65quanto à falta de lisura da ALE/AL. Encerrando o tema, o Sr. José William
66acentuou a necessidade de colocarmos, também, na referida pauta, já
67aprovada pelo colegiado, a resistência do não exame das contas da
68Assembleia Legislativa pelo Tribunal de Contas do Estado. **Item4 da**
69**Pauta: Apresentação do Deputado Estadual Rodrigo Cunha - Combate**
70**à Corrupção/ Transparência nos Poderes Estaduais** - De início,
71agradeceu a oportunidade a ele oferecida, de apresentar seu programa a
72todos os órgãos e entidades integrantes do FOCCO presentes ao encontro.
73Em seguida, passou à exposição da plataforma de fiscalização por ele
74elaborada: “Monitora Alagoas”, que tem como objetivos acompanhar,
75fiscalizar e cobrar as promessas de governo para todas as áreas, em
76especial, para a saúde, educação, segurança e ciência e tecnologia. O
77programa visa, acima de tudo, a delegação de poderes ao cidadão para
78supervisão das obras públicas, diante das necessidades de sua comunidade.
79Continuando, explicou a metodologia de seu programa, que compreende
80cinco etapas: 1. Versão das secretarias responsáveis por essas políticas
81públicas; 2. Análise das ações de cada meta a partir da Lei Orçamentária
822016, do Pano Plurianual 2016/2019 e do Portal da Transparência de



83Alagoas; 3. Repercussão na imprensa alagoana; 4. Visitas técnicas e
845. Análise do mandato com acompanhamento do Diário Oficial de Alagoas,
85 para monitorar as mudanças no orçamento (suplementação e redução de
86 recursos). ”O Monitora Alagoas é uma plataforma colaborativa e, por isso,
87 o pleno acompanhamento dessas metas só será obtido com a participação
88 dos alagoanos das diversas regiões do Estado”, ressaltou ele. A partir desse
89 momento, registramos algumas intervenções dos presentes à reunião: a
90 Sra. Clara Bugarim elogiou o trabalho do Deputado, que vem
91 desempenhando muito bem seu papel na ALE/AL. Colocou o órgão por ela
92 dirigido, à disposição do parlamentar. Destacou, por fim, a importância,
93 também, do Sistema de Informações ao Cidadão (SIC), da Controladoria
94 Geral do Estado. Já a Sra. Maria Consuelo, elogiou, do mesmo modo, o
95 trabalho do ilustre Deputado, relevando, porém, a necessidade de uma
96 fiscalização efetiva, da qualidade do alvo a ser monitorado. O Sr.
97 Claudivan Costa, parabenizando, identicamente, o Parlamentar, perguntou
98 se as informações apresentadas estão devidamente estruturadas, para
99 cruzamento de dados com os órgãos de controle; o Deputado respondeu
100 que referidos esclarecimentos estão à disposição, para serem utilizados pela
101 população. Prontamente, o Sr. Pedro Guido valorizou, também, o trabalho
102 do Parlamentar, salientando, porém, a imposição de haver uma fiscalização
103 quanto ao custo do propósito a ser inspecionado, contando com uma
104 presença mais efetiva da população, através do controle social. Já o Sr.
105 Paulo de Castro destacou a importância da Lei de Acesso à Informação. O
106 Sr. Coordenador disse da importância de um processo de transparência
107 relacionado à utilização da verba de gabinete da Assembleia, agradecendo,
108 em seguida, a presença do ilustre Deputado, que reconheceu, também, a
109 oportunidade proporcionada pelo FOCCO, evidenciando, afinal, que a
110 política não termina na hora do voto. **Item 5 da Pauta: Atuação na questão**
111 **PRECATÓRIOS FUNDEF - Informações atualizadas/Propostas**
112 **atuação** - O Sr. Coordenador disse da relevância do assunto, afirmando
113 de sua preocupação no sentido de que referidos recursos, do extinto Fundo
114 de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de
115 Valorização do Magistério (FUNDEF) sejam, realmente, direcionados à
116 educação, uma vez que há a previsibilidade de liberação desses haveres,
117 que atingem o montante aproximado de R\$ 195 milhões. Lembrou, ainda, o
118 problema havido em Canapi, em que foi constatado pela Polícia Federal e
119 Ministério Público Estadual, um desvio de R\$ 11 milhões, que teve como
120 resultante o afastamento do Prefeito da cidade. A apreensão e consequente
121 atenção, prende-se ao fato de que das 19 cidades que serão contempladas,
122 apenas Penedo e Estrela de Alagoas reelegeram seus gestores. Afirmou ele,
123 ainda, que orientou o Ministério Público Federal sobre a imposição de que



124 referidos fundos sejam voltados à educação, não obstante o TCE/AL haver
125 definido que 25% do valor seja aplicado na educação, 15% em saúde e o
126 restante dos recursos para outras áreas essenciais, a exemplo da folha de
127 pagamento. O Sr. Paulo de Castro informou da existência de controvérsias
128 quanto aos índices utilizados na correção dos valores a serem liberados e,
129 também, no que se refere aos honorários dos advogados e, ainda, quanto à
130 obrigatoriedade da vinculação da verba, exclusivamente, à educação. Já o
131 Sr. Sérgio Studart destacou a importância da decisão do TCE/AL, com
132 relação ao rateio da verba, e que o importante é que haja uma efetiva
133 fiscalização, no sentido de que ela seja realmente aplicada no município;
134 enquanto a Sra. Maria Consuelo defendeu o cumprimento da lei, que os
135 municípios que vêm recebendo verbas do FUNDEF destinem 60% dos
136 recursos aos professores municipais que fazem jus à referida verba. A Sra.
137 Rosa Tenório citou o Acórdão nº 1.128/2.016 que determina como os
138 gestores deverão ratear a verba do FUNDEF, registrando, por outro lado, a
139 necessidade de haver uma efetiva fiscalização na utilização desses haveres.
140 Diante do que se discutiu, o Sr. Coordenador sugeriu a realização de uma
141 reunião dos órgãos de controle, quando da liberação dos valores a serem
142 creditados, visando uma solução no sentido de se inibir prováveis
143 problemas. **Item 6 da Pauta: Espaço Livre/Informes – Dia Internacional**
144 **de Combate à Corrupção/Evento AMA transição/Eventos Pretéritos e**
145 **Futuros/Atualizações** - O Sr. Anthony Lima realizou uma breve
146 apresentação, ainda, sobre os últimos acontecimentos relacionados aos
147 Precatórios percebidos pelos municípios alagoanos, provenientes de ações
148 de cobrança de diferenças do FUNDEF, através das quais informou que as
149 administrações estão absolutamente conscientes de todos os problemas que
150 afligem os municípios, inclusive no que se refere à educação. Concluiu,
151 distribuindo entre os presentes alguns exemplares do trabalho realizado
152 pela OAB/AL sobre a matéria, e afirmando ser juridicamente impossível,
153 por diversas razões, a pretensão de vinculação total e incondicional dos
154 precatórios à educação, e, especialmente de sua destinação ao FUNDEB.
155 Sobre o Dia Internacional de Combate à Corrupção, a Controladoria Geral
156 do Estado, através da Sra. Clara Bugarim, a quem caberá o planejamento
157 do evento, afirmou que sua equipe está à frente da organização e que,
158 posteriormente, irá proceder sua divulgação para conhecimento de todos. O
159 Sr. José William definiu o auditório da Norcon Empresarial, localizado no
160 prédio onde funciona a CGU, nesta cidade, para a realização da solenidade.
161 A propósito, o Sr. Fernando Teles disse da intenção de uma representante
162 do Parlamento Jovem Universitário, do FOCCO, de realizar uma
163 apresentação folclórica, no DICC, que ficaria a cargo de um cordelista.
164 Para tanto, colocou-se à disposição da Sra. Adriana Andrade, representante



165da CGE/AL, para esclarecer qualquer dúvida sobre a matéria. Em
166referência à Campanha Transição Legal, o Sr. Coordenador participou,
167juntamente com os órgãos de controle, do evento da Associação dos
168Municípios Alagoanos(AMA), que aconteceu no Hotel Jatiúca, nesta
169cidade, com o objetivo de discutir a mudança de gestores municipais. Os
170atuais receberam recomendações para a instalação de uma comissão de
171transição, visando a continuidade dos serviços prestados à comunidade;
172enquanto os eleitos, que irão assumir em janeiro próximo, deverão receber
173informações importantes sobre as especificidades da Lei de
174Responsabilidade Fiscal(LRF). Disse ele, ainda, da importância da
175iniciativa, classificando-a como uma quebra de paradigmas. Concluindo, o
176Sr. Pedro Guido, sempre perseverante, voltou a insistir na necessidade de
177tomarmos as seguintes providências: verificarmos as contas das entidades
178de assistência social do município, cujos documentos já foram distribuídos
179entre os membros da Coordenação do PJU; o processo de recolhimento do
180Imposto de Renda, pelo Legislativo Municipal, de seus funcionários e dos
181próprios edis; e o problema do não julgamento das contas do município
182pela Câmara. **Item 7 da Pauta: Considerações Finais – Próxima reunião**
183**prevista para 06 de dezembro/Local/Confraternização** –Foi confirmada
184nossa reunião para o dia 6 de dezembro próximo, no Sindicato dos Médicos
185de Alagoas, local tradicional de nossa confraternização natalina. Não
186havendo mais nada a ser discutido, foi encerrada a reunião às 13 horas e 20
187minutos, da qual, eu, Fernando Teles de Farias, Secretário Ad hoc, lavrei a
188presente Ata, que vai, também, assinada pelo Sr. Coordenador e demais
189membros presentes à reunião.

190

191

José Carlos Castro

192

Coordenador.

193

194

Fernando Teles de Farias

195

Secretário

196

197

Sr. Bernardo Bastos

198

APROMAL

199

200

Sérgio Studart

201

CGU

202

203

Fábio Soares

204

IFAL

205



206	Claudivan Costa
207	TCU
208	
209	Diego Fonseca
210	APROMAL
211	
212	Carlos Figueiredo Mourão
213	ANPM
214	
215	Paulo Patriota
216	SMCI
217	
218	Rodrigo Cunha
219	ALE/AL
220	
221	Paulo de Castro Cotti Neto
222	AGU
223	
224	Anthony Lima
225	OAB/AL
226	
227	José William Gomes da Silva
228	CGU
229	
230	Pedro Guido da Silva
231	ISV
232	
233	Diogo S. Coutinho
234	SMCI
235	
236	Ricardo Rodrigues
237	SINDJORNAL
238	
239	Maria Consuelo Correia
240	SINTEAL
241	
242	Helenice Balbino Silva
243	SINTEAL
244	
245	Maria Clara Bugarim
246	CGE/AL



248	Adriana Andrade Araújo
249	CGE/AL
250	
251	Rosa Maria Barros Tenório
252	TCE/AL
253	
254	Edilma de Albuquerque Lins Barbosa
255	SINMED